

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação.*

Maria Helena Pereira Toledo Machado
Universidade de São Paulo

Bauru, EDUSC, 1999, 394p.

O livro de Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. Londres/Nova Iorque, Routledge, 1992, que aparece agora em versão para o português, com o título de *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*, traduzido por Jézio Gutierre e com revisão técnica desta autora e de Carlos Valero, Bauru, EDUSC, 1999, é um trabalho de grande peso intelectual, que vem sendo profusamente discutido nas universidades norte-americanas, latino-americanas e, em menor escala, no meio acadêmico brasileiro. A presente tradução, facilitando o acesso ao livro, deve sanar esta lacuna.

Obra de grande impacto acadêmico, com discussões teóricas inovadoras e análise minuciosa de uma ampla gama de relatos de viagem, o livro de Mary Pratt encontra-se na intersecção da análise de texto e crítica ideológica. Procurando desvendar não apenas os mecanismos ideológicos e semânticos por meio dos quais os viajantes europeus, a partir de meados do século XVIII, criaram um novo campo discursivo, forjando uma consciência planetária a respeito do outro colonial e suas culturas, a autora associa estes escritos e seus tropos às diferentes fases do expansionismo capitalista e suas conquistas dos territórios interiores do mundo colonial. Neste sentido, é este livro hoje considerado fundamental para a reavaliação dos processos de constituição de um repertório semântico-cognitivo imperialista que se construiu a partir dos anos de 1750, entrelaçando as amplas dinâmicas da expansão do capitalismo em direção às áreas coloniais à produção de um saber que vai criativamente reinventar a realidade colonial, produzindo os novos paradigmas e o repertório de

imagens por meio dos quais estas novas dinâmicas puderam ser efetivamente realizadas e implementadas.

Como nota a autora em sua introdução, este livro foi escrito no ambiente acadêmico norte-americano da década de 1980, como parte de um amplo esforço de resistência à onda conservadora que então se impunha, e como exercício de descolonização do conhecimento. Embora se encontre estruturado nos moldes dos estudos acadêmicos, neste trabalho Mary Pratt não se furta à discussão política em seu sentido mais profundo, estabelecendo alguns marcos teóricos para resistência intelectual às análises globalizantes. Conceitos largamente desprezados pelas análises de texto pós-modernas, como os de imperialismo e descolonização, aparecem neste livro contextualizados num recorte teórico afinado com as discussões mais atuais, tornando este um livro que se localiza numa perspectiva interdisciplinar, útil aos estudos da literatura, antropologia, história e outras disciplinas.

Valendo-se da análise de texto e da crítica ideológica, Mary Louise Pratt analisa a literatura de viagem relativa à África no momento em que os europeus lutavam por superar os obstáculos que se antepunham à conquista do território interior do continente, possibilitando o enraizamento dos interesses políticos e comerciais. A autora se volta igualmente para a análise da literatura de viagem sobre a América do Sul, com algumas incursões sobre o México, ressaltando exatamente sua coincidência com o que se convencionou denominar como crise do sistema colonial, eclosão dos movimentos de independência e rearticulação desta área à divisão internacional do trabalho da era imperialista. Neste empreendimento a autora vai propor uma nova visão das relações entre a metrópole e as áreas coloniais, entre o saber europeu e o saber nativo, entre visitantes e visitados, entre viajantes e *vijados* (neologismo que a autora lança mão para sublinhar o caráter interativo destes encontros). A dimensão da autora é global – mas não globalizante – e é, sobretudo, relacional e interativa, desprezando as análises unilaterais e pretensamente imparciais mas que tomam, por princípio, o olhar imperial e o ponto de vista difusionista como verdade neutra e marco zero analítico. Novos recortes temáticos, novos conceitos e releituras renovadas da literatura imperial permitem que a autora coloque literalmente de cabeça para baixo as interpretações clássicas deste tema, sempre por meio da desconstrução de um universo semântico aparentemente neutro e objetivo. Para tal, alguns conceitos são fundamentais e eu vou apenas nomeá-los rapidamente.

Primeiro o de transculturação, entendido como um fenômeno da zo-

na de contato e que se refere às apropriações dos materiais nativos pelos europeus mas também à maneira pela qual os coloniais se apropriam dos estilos imperiais, construindo eles próprios modos de representação que, absorvidos pelo olhar imperial, constituem um universo cognitivo que passa a ser considerado como originariamente europeu. O termo transculturação foi criado na década de 40 por Fernando Ortiz em seu *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar*, e é lá correlacionado ao universo das trocas culturais. Este mesmo conceito foi, na década de 70, utilizado por Angel Rama nos estudos literários. No entanto, parece-me que o uso extensivo do conceito de transculturação em *Olhos do Império* reporta-se a um universo mais amplo, que é o da constituição de repertórios de símbolos, imagens e discursos que conformam um modo ou estilo cognitivo e um repertório semântico e imagético por meio do qual o outro colonial passa a ser abordado.

Outro conceito fundamental ao livro é o de zona de contato que é compreendido como sinônimo de fronteira cultural, enfatizando as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, pondo em questão como os sujeitos coloniais são constituídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, em termos de interação e trocas no interior de relações assimétricas de poder. Frente a esta dimensão a autora, invertendo os paradigmas analíticos da análise objetiva, racionalista e eurocentrada do olhar imperialista, faz a pergunta fundamental que, de fato, norteia sua abordagem: Em que medida as construções européias a respeito do outro subordinado teriam sido moldadas pelos próprios subordinados através da construção de si próprios e de seu ambiente tal como eles – os próprios coloniais – os apresentaram aos europeus? Refletindo sobre a constituição do paradigma imperialista, Pratt ressalta a importância da viagem e da literatura de viagem romântico-naturalista como experiência daquilo que se convencionou denominar de modernidade, propondo a crítica aos conceitos reificados que norteiam estas análises e que igualmente legitimam a utilização acrítica dos conceitos da pós-modernidade.

Marcadas por processos culturais complexos norteados pelo racionalismo, pela ciência, pelo romantismo, pela constituição de um *self* individualizado e pelas teorias raciais, a experiência da viagem e da literatura de viagem se apresentavam como espaço privilegiado para a articulação do novo paradigma imperial. Possibilitando, por meio do deslocamento, a que viajantes e seu público – as sociedades envolvidas com os desafios da modernidade – refletissem a respeito de si próprias, a lite-

ratura de viagem, ao mesmo tempo, abria espaço para a construção, por oposição, de um discurso sobre a alteridade e sobre o papel do ocidente no domínio, condução e absorção das sociedades não-ocidentais. Enquanto experiência individual do sujeito-viajante às portas da modernidade, a viagem para terras longínquas surgia claramente como metáfora da viagem interior, suportando experiências pioneiras de subjetividade e auto-conhecimento. Enquanto discurso auto-reflexivo do homem que, ao viajar, observa, reflete e cataloga terras estranhas e povos selvagens, a viagem realizava uma apropriação discursiva das áreas coloniais, dando origem a uma configuração nova, porém extremamente efetiva de conquista, que Mary Louise Pratt denominou de “anti-conquista”, em alusão ao caráter aparentemente pacífico e reflexivo do viajante-naturalista e às características abstratas da apropriação catalogadora por ele promovida.

A literatura de viagem naturalista – masculina, eurocêntrica, com traços edipianos, da dedicação dos filhos viajantes ao pai Lineu, ou mais tarde ao pai Humboldt, ou no caso do Brasil, a Martius – e seu objetivo de estabelecer uma posse intelectual e abstrata de um saber e da natureza, traços sugestivos da idealização e impotência do filho edipiano, expressa um desejo de posse a ser realizado sem violência, que caracterizaria a anti-conquista. Note-se que um dos objetivos explícitos de *Olhos do Império* é o de discutir as relações entre a viagem, sua literatura e a questão de gênero. Para tal Mary Pratt não apenas sublinhou o caráter androcêntrico da viagem naturalista como dedicou todo um capítulo às viagens realizadas e relatadas por mulheres, procurando determinar as particularidades do olhar feminino sobre as áreas coloniais, bem como sua inserção na construção de formas específicas e variadas da abordagem imperial.

Os estudos acadêmicos sobre o Iluminismo, fortemente eurocentrados, têm frequentemente negligenciado o papel dos agressivos empreendimentos coloniais e comerciais europeus que funcionaram como modelo, inspiração e base de teste para formas de disciplina social que, re-importadas para a Europa nos finais século XVIII e inícios do XIX, tornaram-se importantes mecanismos sociais na construção da ordem burguesa. É preciso igualmente lembrar que a sistematização da natureza coincidiu com o apogeu do tráfico de escravos, com o sistema de *planta-tion*, com o genocídio colonial na América do Norte e na África do Sul, com as rebeliões de índios e escravos nos Andes, Caribe e América do Norte e noutras partes do globo. Na seqüência, Mary Pratt faz uma aproximação entre a célebre acumulação primitiva de capital e a sistematização da natureza que, nela inspirando-se, conduziu a idéia de acumula-

ção a um extremo totalizante. Enquanto base de um gênero literário a literatura de viagem serviu para suprir as necessidades de cultura, educação e lazer das nascentes classes médias européias e norte-americanas, construindo, entre outras coisas, um repertório comum a respeito dos povos selvagens e um consenso sobre a necessidade da intervenção do homem branco no mundo pós-colonial que então se esboçava.

Por meio da crítica ideológica e da desconstrução dos textos naturalistas, a autora também reelabora o conceito de natureza. Segundo nota Mary Pratt, nos escritos de viagem do período, natureza significa antes de tudo regiões e ecossistemas não dominados por europeus, embora incluindo muitas regiões da entidade geográfica conhecida como Europa. A história natural impôs uma autoridade urbana, letrada e masculina sobre todo o planeta, elaborando um entendimento racionalizador, extrativo e dissociativo, que suprimiu as relações funcionais e experienciais entre as pessoas, plantas e animais. O resultado deste processo concretizou-se na prefiguração de uma certa forma de hegemonia global, que deu origem a um paradigma descritivo e uma apropriação do planeta aparentemente benigna e totalmente abstrata, produzindo uma visão utópica e inocente da autoridade mundial européia, a qual a autora se refere como a de anti-conquista.

Conforme sublinha *Os Olhos do Império*, a literatura de viagem anterior ao paradigma naturalista segue o modelo do antigo relato de viagem marítimo. Neste, o enredo gira em torno das narrativas de aventura e sobrevivência (catástrofes, naufrágios, lutas pela sobrevivência em terras estrangeiras) nas quais a perspectiva analítica é interativa e os nativos podem ainda ser inclusos no mesmo universo institucional dos europeus. Acrescente-se que nesta literatura o marco divisório a partir do qual o europeu julga e classifica a sociedade nativa é a escravidão que estabelece a divisão básica entre o eu e o outro, sendo os escravizados percebidos como brutais e inferiores, mesmo quando o observador, homem, europeu e branco, refere-se às sociedades africanas e à escravidão tradicional e doméstica nelas existente.

Por seu turno, a literatura de viagem que começa a se concretizar com a expedição do geógrafo Charles de la Condamine à América do Sul em 1735 e com as viagens realizadas também em meados do XVIII à África, reflete um empreendimento narrativo, de caráter cumulativo e organizacional, na qual a geografia é minuciosamente documentada e o mundo humano naturalizado. Aqui se reencena Adão no Jardim do Éden nomeando a natureza. A paisagem é descrita como inabitada, devoluta,

sem história e desocupada, até mesmo pelo próprio viajante. A atividade de descrever a geografia e identificar a flora e a fauna estrutura uma narrativa a-social em que a presença europeia ou nativa é absolutamente marginal, ainda que fosse este, evidentemente, um aspecto constante e essencial da viagem em si. Neste sentido, conforme aponta Mary Pratt, é fácil relacionar esta literatura e sua produção de um corpo sem discurso, desnudo e biologizado com a força de trabalho desenraizada, despojada e disponível criada pelo colonialismo. Nestas descrições, as mudanças são naturalizadas e descritas como lacunas, a historicidade das sociedades locais desaparece e o estado em que os viajantes encontram estas sociedades – muitas vezes já profundamente deterioradas pela influência colonial – é descrito como eterno e atemporal.

Em sua análise, a autora reflete sobre os princípios da anti-conquista mostrando a maneira pela qual esta se legitimava ideologicamente argumentando a existência de uma reciprocidade entre europeus e as sociedades coloniais, entre viajantes e *viajados*. Utilizando-se de conceitos derivados do discurso das nascentes ideologias liberais e capitalistas, porém contextualizado-os na análise de texto, a autora aponta para a falácia desta suposta troca, que legitimaria a intervenção classificatória do sábio europeu nas áreas coloniais, aqui denominada como zona de contato. Mary Pratt forja o conceito da mística da reciprocidade mostrando que a literatura de viagem naturalista assenta-se sobre as mesmas bases ideológicas e discursivas do capitalismo. Interessante notar que uma parcela do livro concentra-se no enfoque da literatura de viagem sobre a África, como a realizada por Mungo Park e relatada em seu livro *Travels in the Interior of Africa*, publicado em 1799 (por sinal, lido e citado por Southey quando escrevia a *História do Brasil*), bem como sobre muitas outras, que aparecem vinculadas aos interesses europeus comerciais e de conquista do interior da África. Entre estas destacam-se as que objetivavam delimitar o curso, direção, nascente e desaguadouro do Rio Niger, com vistas a estabelecer rota transcontinental mediterrânea, que atravessasse a África, supostamente desaguando no Nilo. Por meio da análise destes textos, constrói a autora uma taxionomia da literatura de viagem e das fases da conquista da África. Assim, o viajante naturalista que lança mão da ciência se associa ao aparato estatal e panóptico da vigilância, absorvendo as ambições territoriais dos impérios. Por seu turno, a viagem sentimental (associada às qualidades da domesticidade, interioridade e privacidade), alia-se aos ideais do comércio e da iniciativa privada. Conclui a autora que a mística da reciprocidade na literatura de viagem remonta à mística da

reciprocidade das relações capitalistas, embora saiba-se que o capitalismo tem como base exatamente a negação deste princípio na própria base das relações sociais. Neste sentido, a viagem sentimental identifica-se com a fase de tentativa de conquista da África e seus autores com a missão civilizadora que é, em essência, o contrário ideológico e simbólico da reciprocidade

Numa operação ainda mais ousada, Mary Louise Pratt percebe nos conflitos entre raça, relações raciais e movimentos abolicionistas dos finais do XVIII e inícios do XIX nas Américas, os motivos de uma literatura de viagem sentimental, que em seus enredos e soluções narrativas estabelece as relações sentimentais entre homens brancos e mulheres nativas, com a óbvia submissão destas últimas, como codificadora de uma nova solução racial. Isto é, na realidade, as soluções narrativas desta literatura dão forma a uma proposta política reformista em ascensão nesta conjuntura, que propõe uma saída humanitária ao problema da escravidão e da assimetria das raças, que seria o da abolição com a manutenção da subserviências das culturas nativas e afroamericanas ao homem branco. Seria o romantismo criação da zona de contato e expressão destas experiências inusitadas de encontros culturais assimétricos e, recambiado para a metrópole, seria apropriado como a mais pura expressão do espírito europeu?

Analisando a literatura de viagem sobre a América hispânica, a autora chama a atenção para a reinvenção da América enquanto natureza, operação esta que se concretizou por meio da reatualização do deslumbramento dos primeiros cronistas, sobretudo de Colombo, como se três séculos de colonização não houvessem ocorrido. O grande inspirador desta vertente foi Alexander von Humboldt e, no caso do Brasil, este lugar foi ocupado por Martius. A autora aponta para a historicidade desta reinvenção, pois a América é reinventada como natureza primal e o espanto e deslumbramento inicial são reatualizados como ato histórico, embora a infraestrutura colonial a partir da qual os viajantes se valem para realizar a viagem esteja lá, bem presente, embora completamente eludida nos relatos de viagem. Assim, por exemplo, as solidões andinas, que constituem uma imagem extremamente valorizada por Humboldt, que as descreve em cenas carregadas de dramaticidade. No entanto, sabemos que é nesta mesma solidão que vive a maior parte da população indígena do Peru, tendo sido inclusive o centro de gravidade de grandes civilizações.

A autora descontrói o discurso naturalista, analisando a historicida-

de da produção do texto em todas as suas instâncias de produção, circulação e apropriação. Ao mesmo tempo, e este me parece é outro aspecto extremamente importante a ser ressaltado, é o fato de que o saber que os naturalistas produzem é na verdade fruto da apropriação do saber nativo. Mais ainda, as relações sociais estabelecidas entre o viajante e as populações coloniais, sejam elas compostas de índios, escravos, autoridades coloniais ou fazendeiros, apenas surgem no texto exercendo funções instrumentais, de informantes, guias ou hospedeiros do viajante. Desta maneira, como aponta Mary Pratt, as populações coloniais surgem no texto em um estado de disponibilidade, que é em si a essência das relações coloniais. Assim, a natureza ahistórica, as populações instrumentalizadas e despersonalizadas e o processo histórico colonial elidido (e acrescentese para o caso das antigas civilizações, do México e Peru, a arqueologização da cultura, que desconhece os elos entre aqueles índios decaídos que carregam as malas e os instrumentos e os produtores das maravilhas das antigas civilizações) forjam um saber que, vazado num estilo da ciência do XIX, conforma aquilo que convencionamos chamar de literatura de viagem ilustrada e naturalista. Refazendo estes circuito, Pratt pergunta-se se o romantismo foi, de fato, concebido na Europa e daí transplantado para a América ou na verdade foi ele um, entre tantos processos originais produzidos nas e pelas Américas e, transculturado para Europa, ali transformou-se na concretização mais sutil e sublime do espírito europeu.

Interessante sublinhar que a autora não pára aí, isto é, no desvelamento da historicidade e na crítica ideológica da escrita de viagem e do saber científico naturalista, mas refaz o circuito mostrando como a produção e publicação da literatura de viagem irá realimentar um sistema que tem como elo final a volta à América. Nela, esta mesma literatura será apropriada pelas elites crioulas do XIX, mas não de forma mecânica. Na verdade o que vai ocorrer é uma apropriação seletiva que vai justificar uma nova inserção da América no contexto imperial, no processo de descolonização e nos movimentos de independência. Movimentos novos e essencialmente americanos, como sublinharam Benedict Anderson e a própria autora (embora Pratt não pareça compartilhar da mesma concepção de comunidade imaginada de Anderson), estes serão apropriados pelas elites crioulas europeizantes em busca de sua auto-justificação e legitimidade. Todas estas idéias estão minuciosamente discutidas e analisadas no texto propondo novas formas de se pensar estas questões fundamentais para nossa história. Embora o Brasil não seja o tema deste livro, as interpretações e debates aqui discutidos têm para nós grande interesse.

Finalmente, chamo atenção para um erro que aparece na página 42 da tradução portuguesa, na qual Carl Linné é citado como “naturalista francês”, embora no livro *Os Olhos do Império* em sua versão original, inglesa e na tradução em espanhol, ele apareça corretamente denominado como de origem sueca.